



**“PROFESSOR DOUTRINADOR”, *HOMESCHOOLING* E
“IDEOLOGIA DE GÊNERO”: A TRIÁDE QUE AMEAÇA A
EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

**“*PROFESSOR DOUTRINADOR*”, *HOMESCHOOLING* AND
“*GENDER IDEOLOGY*”: *THE TRIAD THAT THREATENS
BRAZILIAN EDUCATION***

Amanda de Mendonça¹

RESUMO

Este artigo aborda três eixos: a defesa do *homeschooling*, a perseguição à chamada “ideologia de gênero” e aos professores “doutrinadores”, que compreendo como parte de uma agenda moralizadora da educação brasileira. O objetivo do texto é refletir sobre a criação desta agenda, sobre quem são os agentes e instituições que dela participam e quais são seus principais interesses. Para isso recorro aos discursos públicos dos representantes desta agenda e analiso como ela vem se sustentando no atual cenário. A proposta é contribuir com as discussões e reflexões atuais acerca do chamado conservadorismo na educação, sobre o avanço do fundamentalismo religioso nas políticas educacionais e para a defesa de uma educação pública, democrática e laica.

PALAVRAS-CHAVE

Políticas educacionais; Conservadorismo; Laicidade.

ABSTRACT

This article addresses three axes: the defense of *homeschooling*, the persecution of the call “gender ideology” and to the teachers “doctrinators”, that I understand as part of a moralizing agenda for brazilian education. The purpose of the text is to reflect on the creation of this agenda, on who are the agents and institutions that participate in it and what are their main interests. For that I refer to the public speeches of the representatives of this agenda and analysis how it is supported in the current scenario. The proposal is to contribute to current discussions and reflections about the call conservative in education, about the advancement of religious fundamentalism in educational policies and for the defense of public, democratic and laic education.

KEYWORDS

¹Pós-doutoranda em educação, doutora em Política Social, mestre em educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação - PPGE / UFRJ. Tem experiência na área de Sociologia da educação, atuando principalmente nos seguintes temas: sociologia da educação, gênero, educação, laicidade e Políticas Públicas.. Foi professora substituta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e tutora do CEDERJ. Atualmente é docente na Universidade Estácio de Sá e integra o Observatório da Laicidade na Educação - OLE



Educational policies; Conservatism; Secularism.

Introdução

As expressões “ideologia de gênero” e “professor doutrinador” ganharam enorme notoriedade no Brasil nos últimos anos, especialmente no campo educacional. Vivenciamos uma conjuntura em que episódios de ataques aos direitos LGBTIs e para a chamada “ideologia de gênero” na educação são cada vez mais frequentes. No início de setembro de 2019, por exemplo, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), mandou recolher o material escolar de ciências para alunos do 8º ano do Ensino Fundamental², pois segundo ele a apostila trazia conceitos de sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual. Na semana seguinte foi a vez do prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (Republicanos), determinar que fossem recolhidos materiais por conteúdo inapropriado. O prefeito considerou a história em quadrinhos "Vingadores: A cruzada das crianças", em que dois dos personagens da saga são namorados e aparecem se beijando em um painel, conteúdo sexual para menores e ordenou que fosse recolhida da Bienal do Livro³.

Esse é o mesmo contexto em que atual secretário-executivo do Ministério da Educação (MEC), Antônio Paulo Vogel afirma que o governo irá elaborar um novo edital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) para que os livros didáticos, distribuídos nas escolas de todo o país, fiquem livres de “doutrinação”. Seguindo a mesma linha, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, se manifestou sobre os materiais que supostamente são trabalhados nas escolas. Conforme matéria do jornal Estadão, de 07 de janeiro de 2020, o Ministro criticou o chamado “kit gay”, reiterou a fala do presidente Jair Bolsonaro (PSL) sobre a necessidade de mudanças nos livros

² Doria manda recolher apostila de ciência que fala sobre diversidade sexual: 'Não aceitamos apologia à ideologia de gênero'. G1, 03 de set. de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/09/03/doria-manda-recolher-livros-de-ciencia-que-fala-sobre-diversidade-sexual-nao-aceitamos-apologia-a-ideologia-de-genero.ghtml>. Acesso em: 04 de abril de 2020.

³ Marcelo Crivella, prefeito do Rio, manda recolher livro da Bienal e gera protestos. G1, 06 de set. de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/09/06/marcelo-crivella-prefeito-do-rio-manda-recolher-livro-da-bienal-e-gera-protestos.ghtml>. Acesso em: 04 de abril de 2020.



didáticos devido ao conteúdo “excessivo” dos mesmos e afirmou em entrevista: “Quem educa é a família, a escola ensina. A gente ensina a ler, a escrever e ensina um ofício. Sai o ‘kit gay’ e entra a leitura em família”.

Esse cenário envolvendo perseguição aos professores e a temáticas relacionadas a gênero e sexualidade na educação ganharam notoriedade a partir da aliança de diversos setores caracterizados como conservadores e de grupos religiosos fundamentalistas, que passaram a atuar de modo a gerar pânico moral entre a população do país. Desta forma, acredito que existem agentes e interesses distintos envolvidos nas tentativas de ingerência sobre os planejamentos educacionais, dos currículos e sobre ação pedagógica dos docentes, mas que se conectam em alguma medida nestes episódios recentes de disputas do campo educacional.

Nesse artigo, defendo a ideia de que o quadro de acúmulo de capital político, econômico e social, aliado a fatores como o de pânico moral e de fortalecimento de setores religiosos extremistas, contribuíram para que projetos como o Movimento Escola Sem Partido⁴ e os contrários à “ideologia de gênero” na escola se encontrassem, desenvolvendo atuações conjuntas e um discurso unitário para camadas da sociedade brasileira. O fato é que essa “aliança” entre setores liberais, conservadores e agentes religiosos vem permitindo uma ingerência cada vez maior sobre as políticas educacionais, sobre a atuação docente e sobre o papel da escola.

Assim, através deste cenário formado pelo que chamo de uma agenda⁵ moralizadora do país, especialmente através de projetos e políticas educacionais, busco neste texto pensar as relações entre Estado, religião e democracia. Compreendo como parte estruturante desta agenda: a defesa do *homeschooling* ou educação domiciliar, a perseguição à chamada “ideologia de gênero” e ao que se intitulou professores “doutrinadores”. Para tal, acredito ser necessário apresentarmos a ingerência de segmentos religiosos e conservadores na produção das políticas educacionais do país.

Desta forma, busco identificar os principais agentes envolvidos nestes projetos, suas movimentações e discursos. Através de uma pesquisa qualitativa, envolvendo análise

⁴ Para maiores informações consultar a página oficial do Movimento Escola Sem Partido: <https://www.escolasempartido.org/>

⁵ O uso da expressão “agenda” ao longo de todo o texto refere-se a um conjunto de ações públicas, que incluem projetos, discursos, legislações, movimentos e mobilizações em torno de um conjunto de temas e pautas.



documental e dos discursos públicos que se destacaram no percurso de constituição desta agenda, procuro reconhecer os argumentos fundamentais que se sobressaíram neste processo.

O objetivo, portanto, é refletir sobre a criação desta agenda, sobre quem são os agentes e instituições que dela participam, quais são seus principais interesses e como estes vem se organizando e atuando para implementar esta agenda. Como antagônico a este projeto educacional em curso está a educação democrática e laica. Nessa perspectiva, a escola passa a ser entendida como um espaço estratégico para o diálogo e para o combate a preconceitos oriundos especialmente destes discursos religiosos e deterministas. Isso significa negar a escola “neutra” e defender uma escola que promova os valores básicos que permitem a própria existência de uma ordem democrática.

Ou seja, a educação democrática e laica assume uma tarefa pedagógica e positiva, abordando valores e princípios que propiciam o questionamento e o rompimento com uma série de entraves morais e colaboram para a abordagem de temas como gênero e sexualidade no segmento educacional sem interdições. Nesse sentido, aponto também que esta agenda moralizadora atenta direto contra qualquer referência a uma educação e um Estado laico, pois se orienta e se organiza a partir de grupos religiosos, que tentam através dela impor seus dogmas, valores e uma determinada moral, censurando, interditando e contendo a ação de grupos sociais.

A proposta deste artigo, portanto, é contribuir com as discussões e reflexões atuais acerca do chamado conservadorismo na educação, sobre o avanço do extremismo religioso nas políticas educacionais e para a defesa de uma educação pública, democrática e laica.

A Agenda: percurso e argumentos

Partindo do pressuposto de que está em curso no Brasil, portanto, esta agenda moralizadora, baseada na convergência de diferentes setores, um elemento de extrema relevância e que podemos considerar como um pontapé inaugural desta agenda foi o que se convencionou chamar no Brasil de “ideologia de gênero”.

Essa expressão, assim como a notoriedade do tema, adquiriu grande visibilidade social e política após a tramitação do Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado em 2014. A temática figurou entre as grandes polêmicas envolvidas na aprovação do Plano e



constituiu os discursos de grande parte dos agentes envolvidos diretamente com o PNE, bem como diversos grupos sociais.

Ainda durante sua tramitação o texto do Plano passou a sofrer questionamento em relação a presença dos artigos que continham a expressão gênero e orientação sexual. A Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, cujo relator era o senador Álvaro Dias à época filiado ao PSDB, substituiu gênero e orientação sexual ao longo do texto por termos como desigualdade. Mas a polêmica estabeleceu-se de fato no momento em que o Senador Vital do Rego (PMDB) apresentou um substitutivo, PLC nº 103, onde gênero e orientação sexual voltavam a figurar no texto. Iniciava-se uma verdadeira batalha para a derrocada deste substitutivo⁶.

Entrava em cena um dos agentes mais importantes neste processo, o senador Magno Malta (PR). Pastor evangélico e atuante nas redes sociais, Malta, que já havia se envolvido em outra disputa envolvendo os movimentos feministas e LGBTI, quando foi contrário ao projeto de lei 122 de 2006 que criminaliza a homofobia, passou a protagonizar no Senado esta batalha: “Ideologia de gênero é uma tentativa do Estado em interferir na família. Uma ameaça que devemos jogar no lixo” (MALTA, 2013 *apud* DIP, 2016).

A partir daí firmava-se o que Vital da Cunha (2014) chamou de atuação em rede e na rede de segmentos cristãos, para divulgar seus argumentos, convocar o apoio dos fiéis, difamar e acompanhar as ações dos opositores. Padres, pastores e instituições cristãs passaram a mobilizar contra o PLC 103. Constituía-se uma atuação por meio de e-mails para os senadores líderes das bancadas no Senado, do uso das redes sociais e canais na internet e de petições online:

Diga não à Ideologia de Gênero em nosso sistema educacional!
Não queremos que a Ideologia de Gênero seja oficializada em nosso país!
Sr. Senador, venho, por meio deste e-mail exigir a rejeição do substitutivo do PNE, de autoria do senador Vital do Rêgo, e a rejeição da inclusão da igualdade de gênero como diretriz do plano nacional de educação.
A imensa maioria dos brasileiros é contra as práticas de sexualização precoce que serão oficializadas em nosso sistema educacional, caso esse substitutivo seja aprovado tal como está. Além disso, a introdução da ideologia de gênero em nossa legislação oficializará a completa subversão da estrutura familiar natural.

⁶Para maiores informações consultar: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/108259>



Por isso insisto no pedido de rejeição ao substitutivo do PNE, bem como na retirada de toda e qualquer noção relativa à igualdade gênero.

Atenciosamente,

[Seu nome]

Assine agora a petição para enviar um e-mail a cada um dos líderes de bancada no Senado!

Outros senadores também aderiram à campanha contra a “ideologia de gênero”, como Marcelo Crivella (REPUBLICANOS), que alegou em seu discurso no plenário que a discussão sobre diversidade e orientação sexual é papel da família e não do Estado. O à época senador ainda afirmou que o pai e mãe são os responsáveis pela transmissão dos princípios, valores e tradições, cabendo aos professores o ensino, a formação para a cidadania e o preparo para a vida profissional:

Essas coisas têm um valor sagrado. Essas coisas são caras a nós, cujas tradições, princípios e valores são os da família. Daquela família 'adâmica': um homem, uma mulher e seus filhos. E agora com essa discussão de ideologia de gênero nós ficamos sujeitos a deformações, que amanhã poderão ter reflexos muito complexos até de serem avaliados, porque vai dar uma confusão no futuro. E pior, desautorizar o pai e a mãe na sua autoridade de educador - afirmou o senador (AGÊNCIA SENADO, 2013).

Nota-se que mesmo os parlamentares da base do governo naquele momento, como o senador Marcelo Crivella, colocaram-se contrários à tentativa do mesmo de aprovação de um texto do PNE com a presença dos dispositivos referentes a gênero e orientação sexual. Estabeleceu-se um cenário onde senadores da situação e da oposição se uniram diante do veto a chamada “ideologia de gênero” nas escolas. Também é fundamental mencionar que a representação católica e evangélica atuou atuaram de forma uníssona nesta campanha contra o que consideraram como fim da família e o estímulo à homossexualidade.

Padre Paulo Ricardo, da arquidiocese de Cuiabá, onde trabalha como vigário judicial, também se tornou uma das figuras de destaque no embate a “ideologia de gênero” e na unidade dos cristãos. Seus vídeos com sermões pregando contra a esquerda e suas tentativas de acabar com a família têm uma enorme audiência. Um desses vídeos chegou a ter 500 mil visualizações. Padre Paulo Ricardo também ministra cursos e palestras em



todo o Brasil contra o “perigo do gênero” e se tornou um dos principais agentes católicos envolvidos nesta disputa⁷.

Cumprido destacar que o senador Vital do Rego foi o responsável por apresentar um substitutivo que reintroduzia gênero e orientação sexual no texto do PNE: “a alteração empreendida no inciso III do art. 2º do projeto de lei, que elimina a menção expressa às espécies de discriminação que se almeja combater contrária orientação contida no rol de objetivos fundamentais da Constituição Federal que elenca e identifica essas espécies discriminatórias” (BRASIL, 2013). Contudo, conforme expresso em diversas passagens nas redes sociais e na página do Padre Paulo Ricardo, seu vínculo e compromisso com a Igreja Católica o fez identificar qual era posição da maioria dos católicos e a ameaça contra a família em curso, tendo o senador alterado sua posição pouco tempo depois de apresentado o substitutivo.

A polêmica em curso levou o plenário do Senado Federal a adiar a votação do Plano Nacional de Educação por duas vezes, mas em dezembro de 2013 o substitutivo do Senado nº103 de 2012 foi aprovado, sem a referência a gênero e orientação sexual, e foi remetido a Câmara Federal⁸. Assim, o senado havia dado o pontapé para toda a batalha que viria a se construir em torno da chamada “ideologia de gênero”. Deputados religiosos, com destaque para os católicos e evangélicos, passaram a fazer referência a este debate na tribuna, a usar as redes sociais e seus canais de comunicação para alertar sobre o perigo que representava a presença do termo gênero no PNE.

Em sequência, durante a tramitação na Comissão especial, e nos demais percursos pela Câmara, parlamentares e ativistas que pressionaram pela retirada das questões do texto levaram cartazes com dizeres do tipo “Gênero não!” ou “Não à ideologia de gênero!”. Importante dizer que a dita "ideologia de gênero" foi taxada pela “bancada cristã”, como sendo munição dos movimentos que agem no Brasil para "a destruição da família" (TOKARNIA, 2014).

Antes de ser aprovado o projeto recebeu ainda novas Emendas ao substitutivo nº103 de 2012 do Senado e teve outro Parecer apresentado pelo deputado Ângelo Vanhoni, quando seguiu para votação em turno único. Assim, em junho de 2014, estava

⁷ Para maiores informações consultar: <https://padrepauloricardo.org/blog/os-cinco-mandamentos-da-ideologia-de-genero>

⁸ Para acompanhar toda tramitação do PL consultar: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/108259/pdf>



aprovada a Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014). O Projeto de Lei que originou o PNE se tornou aquele que contou com o maior número de emendas recebido até hoje, na Câmara, tendo sido alvo de discussões em diversas entidades, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, além de casas legislativas estaduais (BRASÍLIA, 2015). Ao todo foram 3.365 emendas.

Vale dizer que movimentos sociais, entidades que atuam na educação e os movimentos identitários, especialmente as feministas e os LGBTI, apresentaram cartas públicas à presidenta solicitando, dentre outras coisas a completa insatisfação com a ausência de qualquer referência a gênero e orientação sexual. Entretanto, a presidenta Dilma Rousseff sancionou em 2014 o texto do Plano Nacional de Educação sem vetos.

Assistiu-se com este episódio do PNE, a ofensiva de lideranças religiosas e setores conservadores na educação brasileira através da temática de gênero e orientação sexual, que sempre ocorreram, ocuparem um outro lugar no imaginário social através das “ameaças” que a presença destes temas na escola representaria para as famílias brasileiras a partir deste momento.

Acredito que, em grande medida, as bases para o impacto frente a estes segmentos e para o desenrolar no campo político e no de produção das políticas educacionais, estiveram diretamente vinculadas a retórica e aos discursos produzidos por agentes e lideranças de diferentes campos na última década.

De acordo com os defensores da existência de uma “ideologia de gênero” a identidade do sujeito é definida a partir do nascimento no sexo masculino ou feminino. Ou seja, não existe para este grupo a ideia de construção social dos papéis de gênero. O sexo biológico determinaria necessariamente a identidade de gênero.

Aliada a questão da identidade de gênero como algo inato, os agentes localizados no que estou denominando como campo conservador também tratam da sexualidade como fruto da natureza humana, ou seja, não existiria orientação sexual, mas determinação a partir do gênero masculino ou feminino. Portanto, a ordem natural para este grupo é a heterossexualidade.

Outro elemento fulcral apresentado por este grupo é o da centralidade da preservação da família. Para os agentes religiosos, em especial, a defesa de o modelo nuclear de família é matriz e organizador de suas posições:



Gênero, orientação sexual e identidade de gênero são palavras que você, certamente, já escutou onde esperaria encontrar o termo masculino e feminino. Mas cuidado, porque novos termos no linguajar social podem tentar esconder uma ideologia que visa desconstruir o modelo de família e sociedade como a conhecemos hoje. (CANÇÃO NOVA, 2014).

Vale mencionar que estes argumentos estão relacionados ao que grande parte dos setores religiosos cristãos entendem por marxismo cultural, ou seja, um conjunto de ideias que buscam trazer abaixo a cultura ocidental. O objetivo, na realidade, segundo estes agentes, seria a destruição da família, já que para o pensamento marxista a família representaria uma instituição burguesa que vai de encontro aos ideais revolucionários.

A referência veemente à defesa da família por estes agentes reforça também a ideia de que a equiparação das uniões homoafetivas à condição de família seria um desvirtuamento do que a Igreja católica, por exemplo, considera como a base da sociedade. A defesa feita pelo Bispo Dom Henrique Soares, Titular de Acúfica e Auxiliar de Aracaju, em um artigo publicado em uma página católica⁹ de que a Igreja não tem “nada contra os homossexuais, mas tudo contra ao fato de que isso seja considerado família e que venha, a partir daí adoção de filhos e, assim, o conceito familiar seja tão dilatado”, ajuda a entender como tais argumentos são apresentados.

Cumpram-se destacar o papel precursor da Igreja Católica na batalha encampada contra o “gênero” e sua articulação com as políticas públicas. Neste sentido, diversas instituições, governos, partidos, movimentos e lideranças tornaram-se alvo de ataques de parcela da instituição católica como sendo responsáveis pelo risco que a existência das famílias estaria correndo. Alguns agentes, como Felipe Aquino, chegaram a acusar organizações como a ONU de quererem destruir a família natural, constituída por um pai, uma mãe e seus filhos (AQUINO, 2011).

Também é importante destacar a atuação de agentes evangélicos na constituição dessa retórica conservadora e contrária a “ideologia de gênero”. Marisa Lobo, uma das agentes mais atuantes desta coalizão conservadora afirmou, por exemplo, que:

A vitória da ideologia de gênero significaria a permissão de toda perversão sexual (incluindo o incesto e a pedofilia), a incriminação de qualquer oposição ao homossexualismo (crime de 'homofobia'), a perda do controle dos pais sobre a educação dos filhos, a extinção da família e a transformação da sociedade em

⁹ <https://www.acidigital.com/noticias/diante-de-deus-nao-ha-nem-pode-haver-casamento-homossexual-afirma-dom-enrique-soares-51259>



uma massa informe, apta a ser dominada por regimes totalitários. (LOBO apud MARTINS, 2014)

O quadro exposto acima identifica os principais argumentos que compuseram os discursos e a retórica da coalizão conservadora contra a articulação entre gênero e educação. Somou-se a essa articulação, de forma combinada e constituindo uma agenda em comum, os discursos e a atuação do Movimento Escola Sem Partido – MESP.

De acordo com Penna (2016), o movimento manteve-se por algum tempo sem grande expressividade, encontrando maior eco na sociedade em três momentos: na polêmica gerada pela coluna do jornalista Ali Kamel no jornal O Globo, no qual ele fez duras críticas à coleção de livros didáticos *Nova História Crítica*, de Mario Schimidt (KAMEL, 2007); o segundo momento teria se dado na polêmica envolvendo a distribuição do kit anti-homofobia do MEC e por último durante a crise política e da polarização da sociedade em torno das campanhas presidenciais da então presidenta Dilma Rousseff e do senador Aécio Neves. Acredito ser relevante assinalar que os embates em torno do PNE aprovado em 2014 também se inserem neste quadro de elementos e episódios que contribuíram para alavancar a expressão do MESP.

A projeção do Movimento Escola Sem Partido implicou, dentre outras coisas, na apresentação de projetos de lei. O Projeto de Lei nº 2974 de 2014 foi o primeiro a ser apresentado em um poder legislativo. O mesmo foi encomendado pelo deputado estadual fluminense Flávio Bolsonaro à época filiado ao PSC a Miguel Nagib, a quem pediu que “formulasse um projeto com base em suas propostas” (PENNA, 2016b, p. 44 apud Moura 2016, pág. 31):

Vítima de um verdadeiro “sequestro intelectual”, o estudante doutrinado quase sempre desenvolve, em relação ao professor/doutrinador, uma intensa ligação afetiva. Como já se disse a propósito da Síndrome de Estocolmo, dependendo do grau de sua identificação com o sequestrador, a vítima pode negar que o sequestrador esteja errado, admitindo que os possíveis libertadores e sua insistência em punir o sequestrador são, na verdade, os responsáveis por sua situação. De modo análogo, muitos estudantes não só se recusam a admitir que estão sendo manipulados por seus professores, como saem furiosos em sua defesa, quando alguém lhes demonstra o que está acontecendo. (ESCOLA SEM PARTIDO, 2016 apud MOURA, 2016).

Nota-se que os dois pilares principais do projeto são: a soberania da família, que se sobrepõe ao direito do estudante de obter elementos para produzir de forma autônoma



sua visão de mundo, e uma ideia de “neutralidade” dos docentes, dos currículos e projetos pedagógicos. Cumpre ressaltar que na origem e nos primeiros documentos do MESP não havia destaque para a questão de gênero. Quando os projetos de lei passam a ser apresentados há uma mudança significativa neste âmbito. A conexão entre diferentes agentes - liberais conservadores e religiosos - que mencionamos anteriormente começa a ocorrer.

Essa atuação combinada de agentes através dessa coalizão conservadora permitiu que tanto a rejeição a chamada “ideologia de gênero”, quanto a defesa da escola “neutra”, através do Escola Sem Partido difundiu-se por todo o território brasileiro. O bispo auxiliar do Rio de Janeiro, Antônio Augusto Duarte, em consonância com os ideais do MESP, afirma, por exemplo, que “educar” não é “ideologizar”:

Essa ideologização da educação acaba oferecendo aos futuros construtores da civilização brasileira e da cultura do povo mais acolhedor do mundo, a oportunidade de “monopolizarem” os três alicerces fundamentais da sociedade: a sexualidade humana, a família e os valores éticos. A ideologia do gênero é tão perniciosa, que não atrai nem convence as pessoas bem-educadas, e por isso mesmo, só pode ser implantada de forma totalitária. Trata-se, em definitiva, da ditadura do relativismo, tão de moda numa sociedade e numa cultura, que se auto intitulam democráticas”, asseverou o bispo. A educação não deve – não pode – ser entregue nas mãos desses “pseudo-mestres” de “verdades geradas” na penumbra das ideias e das opiniões tão alheias à dignidade da inteligência e da liberdade humana” (DUARTE, ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO, 2014)

É essencial mencionar que, em grande medida, tais projetos vêm garantindo apoio de parcelas da sociedade com a argumentação de que educar não é tarefa exclusiva do Estado. Segundo seus defensores o Estado deve cumprir a sua tarefa de promover um ensino qualificado, mas no exercício desse dever, precisa decisivamente da “contribuição” das famílias. Este cenário contribui para a criação da figura do professor “doutrinador”, daquele que impõe temas e conteúdos que contradizem a vontade e a crença das famílias. Esta visão, de que cabe a família decidir sobre o que os filhos podem aprender ou não (meus filhos minhas regras), passa a ser um dos eixos estruturantes dessa agenda e dos projetos do MESP.

Assim, é possível pensar na atuação do MESP a partir de duas frentes, a saber: pela via institucional, envolvendo projetos de leis e o que pode ser caracterizado como judicialização das disputas que ocorrem no campo educacional, e a perseguição aos



professores. A primeira frente de ação vem se dando, portanto, através da tentativa de determinar através das casas legislativas a ação pedagógica dos docentes, de se estabelecer os conteúdos que podem ser abordados na escola e também censurar outros. Ela vem junto com as ações no campo judicial, que abrangem iniciativas de criminalização de docentes através de um movimento de denunciamento. Professores passam a ser alvo de ações na justiça por conduta considerada antiética, que atenta contra o direito da família, por fazer propaganda ideológica, por “doutrinação”.

E assim, estabelece-se a conexão com a segunda frente de ação do MESP, a perseguição aos professores. Na página do movimento há uma série de documentos e orientações sobre como as famílias e os estudantes podem monitorar este professor, podem denunciá-lo. As redes sociais se tornam um espaço de exposição destes docentes, que muitas vezes tem suas aulas gravadas, materiais fotografados e depois expostos. Desta forma, consolida-se o que estou considerando neste texto como o segundo item da agenda moralizadora, a perseguição aos professores “doutrinadores”¹⁰.

Por fim, o integrante mais recente desta agenda, a defesa da educação dos filhos como uma propriedade dos pais através do projeto de *homeschooling* ou educação domiciliar. Uma medida provisória para autorizar os pais a não matricular seus filhos em escolas regulares, passando a educá-los em casa ainda, vem sendo anunciada pelo governo Bolsonaro desde início de seu mandato.

A elaboração do projeto ficou a cargo da atual ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo, Damare Regina Alves, uma pastora evangélica, envolvida em diversas polêmicas com o campo educacional, com grupos identitários e movimentos sociais¹¹. Em abril de 2019 o executivo apresentou o projeto que regulamenta a educação domiciliar no País à Câmara. O Projeto de Lei 2401/19 estabelece que os pais que optarem pelo ensino domiciliar terão que formalizar a escolha junto ao Ministério da Educação e que esta deverá ser renovada anualmente, por meio de plataforma virtual do MEC, com a inclusão do plano pedagógico individual correspondente ao novo ano letivo. Além disso, o estudante matriculado em educação

¹⁰ <https://www.facebook.com/escolasempartidooficial>

¹¹ <https://oglobo.globo.com/sociedade/damare-regina-alves-trajetoria-conservadora-da-ministra-que-criou-polemica-23367259>



domiciliar será submetido, para fins de certificação da aprendizagem, a uma avaliação anual sob a gestão do Ministério da Educação.

O projeto encontra-se em tramitação e entre os principais argumentos para a sua defesa estão a possibilidade de ofertar às crianças contextos mais seguros, de modo que elas não estejam em espaços (escolas) suscetíveis de violência, combate a bullying, questões econômicas e de mercado, mas principalmente e fundamentalmente o direito dos pais de educarem de acordo com seu valores, suas regras e suas crenças. Este último argumento, que é o mais explorado pelos agentes que defendem o projeto, conecta-se com os demais eixos da agenda moralizadora que apresento neste artigo, através da ideia de que o Estado não deve ser responsável por determinar temáticas e conteúdos a serem abordados nas escolas.

Tais projetos e essa concepção de que a família define os conteúdos abordados pela escola vem sendo duramente criticados por setores do campo educacional e dos movimentos sociais, especialmente os que possuem relação com a atuação docente. Segundo Cunha (2016) tais projetos negam a criança como um sujeito de direitos, com tentativa de substituição do poder do Estado pelo poder da família. Soma-se a essa percepção a de que eles inviabilizam o caráter republicano da escola. O espaço escolar deveria, segundo estes agentes, oferecer às crianças o contato com os valores diversos e não somente com os defendidos pelas famílias, fazendo-as conhecerem a diversidade de nossa sociedade.

Contudo, tais críticas não vêm encontrando eco para além de docentes, parcela dos movimentos sociais e de pesquisadores e nomes vinculados a Academia. Em termos de repercussão social os projetos e o próprio MESP vem ampliando seu número de adeptos. E mesmo com ações do campo jurídico que desmontam a constitucionalidade de tais projetos, na prática e no âmbito de muitas escolas eles já estão em vigor. O clima persecutório e de denunciamento sobre os docentes é cada vez mais relatado por estes, que vem sendo impedidos de abordar temáticas, tendo suas vidas expostas em jornais, redes sociais e sofrendo até mesmo processos judiciais por doutrinação ideológica¹².

Identificados os principais argumentos e a forma como estruturaram os discursos e a retórica dos agentes e lideranças que protagonizam o embate em análise, o papel que

¹² A página: <https://profscontraoesp.org/tag/perseguiacao/> reúne uma série de denúncias e relatos acerca das perseguições realizadas aos professores em todo Brasil.



cumprem na lógica dos campos e assim a dinâmica da disputa estabelecida, cabe explorar de que maneira tais argumentações e a formação da agenda ora analisada impactam na relação entre Estado, religião e democracia.

Estado, religião e democracia

A conjuntura apresentada, a nosso ver, envolve os campos religioso, político e de produção das políticas educacionais e contribuem para o que Cunha (2009) denominou como a perda da autonomia relativa do campo educacional. Segundo o autor, a ofensiva de diversas entidades religiosas, para exercerem o controle do currículo da educação básica no setor público, com o respaldo de setores do magistério e de parlamentares, tem sido cada vez maior.

As tentativas de ingerência sobre os planejamentos educacionais, os currículos e sobre ação pedagógica dos docentes, que sempre ocorreram ao longo da história da educação brasileira, vem crescendo significativamente nos últimos anos. Importante dizer que existem agentes e interesses distintos envolvidos nessas tentativas, mas estes, se conectam em alguma medida em episódios recentes, como os que expus nestes textos, de disputas do campo educacional.

Acredito que o acúmulo de capital político, econômico e social ao longo de casos como o de aprovação do PNE sem gênero ou orientação sexual, aliado a fatores como o quadro de pânico moral e de fortalecimento de setores religiosos extremistas contribuíram para que projetos como o Movimento Escola Sem Partido e de educação domiciliar se encontrassem, desenvolvendo atuações conjuntas e um discurso unitário para camadas da sociedade brasileira. É um cenário complexo, cuja análise envolve uma série de outros elementos que não se esgotam neste texto. Mas, sobre o acúmulo de capitais e o fortalecimento destes grupos denominados conservadores vale a pena mencionar que segundo levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), o Congresso eleito em 2014, ano da disputa do PNE, foi o mais conservador desde o período pós 1964, com o aumento do número de parlamentares militares, ruralistas e religiosos.

Portanto, o cenário analisado, onde esta agenda se constitui, está repleto de elementos que apontam para um fortalecimento do conservadorismo do país. Em um movimento no qual esta agenda contribui para isso, mas também é influenciada por isso.



Além disso, é fundamental dizer que o período analisado se configura uma aliança de diversos grupos conservadores, que buscam atuar de forma unificada para interferirem nas agendas pró-direitos da população LGBTI e que defendem políticas de igualdade de gênero. A performance de tais segmentos está diretamente associada à influência na política pública ou em leis.

Importante considerar que no Brasil, segundo Machado (2013) o avanço dos movimentos feministas e pela diversidade sexual se deu simultaneamente ao crescimento dos grupos extermistas católicos e neopentecostais, o que por certo conforma um campo de tensões entre estes segmentos. Identificar as principais pautas, as estratégias e os capitais disponíveis para cada um destes segmentos é fundamental para pensar a tensão que se configura hoje entre eles e que impacta nossa democracia.

De acordo com os dados do IBGE, em 2010 houve um aumento de 61,45% dentre os que se declaram de alguma denominação evangélica no país. Em 2000, cerca de 26,2 milhões de pessoas se declaravam evangélicas, o que correspondia a 15,4% da população. Em 2010, esse número passou a 42,3 milhões, ou seja, 22,2% dos brasileiros. Já no fim de 2016, segundo pesquisa divulgada pelo instituto Datafolha, 29% dos brasileiros se afirmavam evangélicos – 3 em cada 10 pessoas com mais de 16 anos. Outro dado relevante sobre esta mudança no campo religioso brasileiro vem de uma pesquisa realizada em 2014. A Pew Research center apontou o Brasil com o maior número proporcional de protestantes da América Latina (DIP, 2018).

Soma-se nessa análise o capital religioso, sua transformação em capital político e quais as consequências desse deslizamento entre as fronteiras das esferas política e religiosa para a nossa democracia¹³. Uma das consequências desse processo é ocupação massiva de religiosos da esfera estatal. Segundo Dip (2018), nas prefeituras (5570

¹³ Por definição, o campo tem propriedades universais, isto é, presentes em todos os campos, e características próprias. Cada campo tem um interesse que é fundamental, comum a todos os agentes. Esse interesse está ligado à própria existência do campo (sobrevivência), às diversas formas de capital, os recursos úteis na determinação e na reprodução das posições sociais (BOURDIEU, 2007). O campo político, por exemplo, de acordo com esta lógica apresentada, configura-se como um lugar de concorrência por posição e capitais, através do monopólio da fala e do agir em nome de uma parte ou do todo. Ainda sobre a estruturação dos campos, é importante mencionar que estes são delimitados pelos valores ou formas de capital que lhe dão sustentação. A dinâmica social no interior de cada campo é regida pelas lutas em que os agentes procuram manter ou alterar as relações de força e a distribuição das formas de capital específico. Assim, em cada campo há embates entre indivíduos e grupos cujo resultado determina as posições, como ocorrem também disputas entre agentes de campos distintos.



municípios), é possível dizer que, entre as 26 capitais brasileiras, em 2017, 8 têm prefeitos evangélicos – e a maioria das demais capitais, flertam com a religião. Ainda de acordo com a autora, o PRB, ligado a Universal, elegeu 106 prefeitos em 2016, o que aponta um crescimento de 33% em relação a 2012.

Importante dizer que esta presença não foi inaugurada pelos evangélicos – afirmação recorrente no senso comum hoje – mas foi ampliada com a chamada “descatolinização” do país e o crescimento demográfico das denominações evangélicas, acompanhado de novas estratégias de atuação, dentre elas a conquista de mais espaço político. A apropriação da defesa da laicidade, não pelo viés de apartação entre Estado e religião, mas de garantia da presença de “todas” as religiões nele.

O resultado de todos estes elementos acima mencionados é que tivemos a formação de uma retórica conservadora em nível nacional, baseada em argumentos relacionados ao determinismo biológico, a tentativa de desconstrução do modelo tradicional de família e de perseguição a fé e aos valores cristãos. Tal retórica foi fundamental para a constituição desta agenda moralizadora e privatizante da educação, já que se torna um dos eixos centrais dessa agenda retirar a educação como um elemento público, mas torná-la uma propriedade privada dos pais. Soma-se a isso o caráter religioso destes projetos, que também constituem formas de privatização da educação, ao buscarem impor valores, regras e dogmas de determinados grupos privados, para toda a educação do país.

E para consolidar tal agenda acreditamos que o principal campo escolhido foi o educacional, através do que Cunha (2016) chamou de movimento de contenção, onde há a tentativa explícita de censurar, impedir e conter o debate, os estudos e o avanço de pautas e temas, como os relacionados a gênero, sexualidade e questão racial. Para isso, é preciso criar um cenário de pânico moral, propagando medo, insegurança e principalmente ódio aos professores.

A perseguição se constrói de diversas formas, com um movimento de *denuncismo*, nas redes sociais, nas próprias instituições de ensino, com discursos de agentes políticos e com Projetos de Lei. Mas também é necessário impor a esta nova escola defendida, livre dos “doutrinadores” e daqueles que querem sexualizar e acabar com as famílias, novos conteúdos e projetos educacionais. E então surge o museu de grandes novidades: educação moral e cívica, ensino religioso, escola civil militar. E assim, com contenção e



imposição, a educação brasileira vem sendo um dos principais polos de reação ao gênero como forma de consolidar a agenda moral do projeto de *desdemocracia* em curso no país.

Considerações finais

A partir desta tríade envolvendo a chamada “ideologia de gênero”, a formação da figura do “professor doutrinador” e o projeto de educação domiciliar, busco apresentar como no cenário brasileiro vem se constituindo na prática a relação entre Estado e religião e o impacto dela para nossa democracia. A proposta foi relacionar o grau de interferência religiosa, via educação, com o grau de democracia que experimentamos no país. Ou seja, quanto maior for a aproximação entre Estado e religião, maior o distanciamento de um ideal democrático, pois como vimos neste texto, diversos setores vem sendo perseguidos e sofrido uma série de violências, como as mulheres e os LGBTIs.

O enfrentamento ao discurso em defesa da família tradicional e da retórica conservadora propaga medos e leva ao pânico moral, não deve ser para nós secundário para as forças políticas progressistas. Nesse sentido, os movimentos feministas e em defesa dos direitos LGBTI tem cada vez mais colocado em questão as diferentes formas de opressão e de violência que vem afetando milhões de pessoas, o que tem feito urgir a necessidade de constantes debates e reavaliações das táticas e políticas adotadas nestes confrontos.

Considerando tais pressupostos busco com este trabalho refletir sobre a democracia brasileira, tentando demonstrar através desta agenda proposta para a Educação, como estamos diante de um momento de recuo do grau de laicidade do país o que vem impactando diretamente nossa democracia.

É fundamental ressaltar o entendimento da escola ainda como um espaço privilegiado para os debates em torno de nossa conformação social, de nossas percepções de mundo e inclusive sobre a noção de democracia. Considerando-se ainda a autoridade pedagógica de seus agentes e todas as representações sociais que nela se constroem, torna-se fundamental o esforço em receber, nesta instituição, todas as discussões. Consequentemente, gênero e orientação sexual são elementos, de acordo com o entendimento apresentado, que devem integrar a formação escolar.

Também procuro ao longo deste texto apontar para a importância de uma escola e uma educação laica. Isso significa negar a escola “neutra” e defender uma escola que



promova os valores básicos que permitem a própria existência de uma ordem democrática. Ou seja, a educação que assume sua tarefa pedagógica sem interdições, abordando valores e princípios que propiciam o questionamento e o rompimento com uma série de entraves morais. Além disso, tais pressupostos apontam para a ideia do campo educacional enquanto um espaço de promoção da cultura e do reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos às diferenças.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Felipe. **O avanço da Ideologia de Gêneros**. Disponível em: <<http://cleofas.com.br/o-avanco-da-ideologia-de-generos/>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília/DF, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 29 dez. 2019.

BRASIL. **Senado Federal. Emenda no. 4 – PLEN (Substitutivo), 10 de dezembro de 2013**. Disponível em: <www.senado.gov.br/atividade/materia/getTexto.asp?t=142878> Acesso em: 31 abril. 2020

BRASIL. **Plano Nacional de Educação [recurso eletrônico]: construção e perspectivas** / Ana Valeska Amaral Gomes e Tatiana Feitosa de Britto, orgs. – 1. reimpr. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara: Senado Federal, Edições Técnicas, 2015. 293 p. – (Série obras em parceria; n. 8)

CANÇÃO NOVA. **Ideologia de gênero, conheça seus perigos e alcances**. Destrave. [S.l.], 20 nov. 2012. Disponível em: <<http://destrave.cancaonova.com/ideologia-de-genero-seus-perigos-e-alcances/>>. Acesso em: 28 dez. 2019.

CUNHA, Luiz. Antônio. **A luta pela ética no ensino fundamental: religiosa ou laica?** Cadernos de Pesquisa, São Paulo/SP, v. 39, n. 137, maio/ago. 2009.

_____. **O projeto reacionário de educação**. [S.l.], 2016. 62f. Disponível em <<http://www.luizantoniocunha.pro.br/uploads/independente/1-EduReacionaria.pdf>>. Acesso em 18 de junho. 2019.

DIP. Andrea. **Em nome de quem?** A bancada evangélica e seu projeto de poder. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2018.

_____. **Existe “ideologia de gênero”?** Publica - Agência de Jornalismo Investigativo. 30 de agosto de 2016. Disponível em: <https://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 15 fev. 2020.



DUARTE, Antônio. **Educação ou Ideologias**. Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro. Março de 2014. Disponível em: <<http://arqrio.org/formacao/detalhes/381/educacao-ou-ideologias>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

KAMEL, Ali. **O que ensinam às nossas crianças?** O Globo, 18 set. 2007. Disponível em: http://www.newmarc.com.br/drws/ali_kamel.pdf. Acesso em: 18 abril. 2020

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Discursos pentecostais em torno do aborto e da homossexualidade na sociedade brasileira**. Revista Cultura e Religião, Chile, v. VII, n. 2, Instituto de Estudios Internacionales (INTE) de la Universidad Arturo Prat del Estado de Chile, jun-dic. 2013.

MARTINS, Dan. **Marisa Lobo faz alerta sobre “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação**. Gospelmais. São Paulo/SP, 22 abr. 2014. Disponível em: <<http://noticias.gospelmais.com.br/marisa-lobo-alerta-ideologia-genero-plano-nacional-educacao-67075.html>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

MOURA, Fernanda Pereira de. **Escola Sem Partido: relações entre Estado, educação e religião e os impactos no ensino de história**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2016. 189 f. [Impresso]

PENNA, Fernando. **O ódio aos professores**. In: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). *A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo: Ação Educativa, p. 93-100, 2016a.

_____. Programa “**Escola Sem Partido**”: uma ameaça à educação emancipadora. In: GABRIEL, C. T.; MONTEIRO, A. M. e MARTINS, M. L. B. (org.) *Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016b.

TOKARNIA, Mariana. **Comissão da Câmara aprova texto-base do PNE e retira questão de gênero**. Portal EBC, Agência Brasil. Brasília/DF, EBC, 22 abr. 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2014-04/comissao-da-camara-aprova-texto-base-do-pne-e-retira-questao-de-genero>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

VITAL DA CUNHA, Cristina. **Religiões x democracia?: reflexões a partir da análise de duas frentes religiosas no Congresso Nacional**. In: VITAL DA CUNHA, C.; MENEZES, R.C. (Org.). **Religiões em conexão**: números, direitos, pessoas. Comunicações do ISER, Rio de Janeiro/RJ, nº69, ISER. 2014.